ESTUDO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS E A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES QUE TRABALHAM NESSES ESPAÇOS

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas (UERJ)[1]
RODRIGUES, Suellen da Rocha (UFF/UERJ)[2]
BARROS, Rafaela Souza de (UERJ)[3]
ALEXANDRE, Nara Costa (UERJ)[4]

Introdução

O estudo analisa a Educação Especial do município de Petrópolis[5], com ênfase nas salas de recursos multifuncionais a partir de fontes documentais, entrevista com a gestora de Educação Especial e professores de salas de recursos. Vincula-se ao Projeto do Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Comuns proposto por Mendes (2010)[6] cujo objetivos são averiguar os limites e as possibilidades das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) como sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e identificar os aspectos que possam potencializar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido nas salas de recursos multifuncionais. Pelo caráter complexo do estudo foram utilizadas como metodologia a pesquisa colaborativa, o grupo focal e análise de conteúdo. (MENDES, 2012).

Petrópolis foi fundada pelo Imperador Dom Pedro II em 29 de setembro de 1857, ocupa uma área de 795.798 Km², contando com uma população de 295 917 habitantes (IBGE/2010). Situa-se na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Guarda patrimônios históricos como museus e arquitetura peculiar do período imperial. É o nono município mais populoso do Rio de Janeiro; 84º do Brasil; o IDH é 0,804.[7] Em relação aos índices do IDE resultados obtidos do IDEB demonstram que o município

---

[1] Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Coordenadora do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva – NEEI/UERJ (financiamento pela FAPERJ - Edital 20/2012). Professora do Mestrado em Diversidade e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Pesquisadora do ONEESP no Estado do Rio de Janeiro (OEERJ) no qual monitora o município de Petrópolis.E-mail: professoraediclea.uerj@gamil.com

[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF. Bolsista do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino Pesquisa e Extensão - PROATEC/UERJ 2012. E-mail: suellen2709@yahoo.com.br

[3] Graduanda de Pedagogia da UERJ. Bolsista do Projeto: Suportes educacionais para alunos com necessidades especiais: contextualizando o espaço da sala de recursos. E-mail: rafaela.souza.barros@hotmail.com

[4] Graduanda de Pedagogia da UERJ. bolsista de Extensão do Projeto Observatório de Políticas Públicas em Educação Especial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: nara.alexandre@gmail.com

[5] Nosso agradecimento à Prefeitura de Petrópolis e servidores pela colaboração com a pesquisa.

[6] Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Comuns. Edital nº 38/ 2010/CAPES/INEP, 2010.

[7] IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano e quanto mais próximo ao número 1, mais alto é o índice. Ele analisa perspectiva de vida e acesso à educação e saúde. Fonte documental: http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=10&subsecao=&id=359&uid=

vem aumentando os índices. Possui universidades privadas e públicas com cursos de graduação e pós – graduação.
O início do atendimento a alunos com deficiências no município foi em 1955; a deliberação nº 633 de 17 de dezembro que autorizava a criação e verba para um curso para crianças surdas. Foi uma ação de vanguarda, pois como destaca Januzzi (*apud* MENDES, 2010).

> Durante a década de 1950, a escassez de serviços e o descaso do poder público deram origem a movimentos comunitários que culminaram com a implantação de redes de escolas especiais privadas filantrópicas para aqueles que sempre estiveram excluídos das escolas comuns.

Em 1974 a Equipe Técnica Regional de Ensino Especial (ETRESP) do Estado passou a oferecer apoio pedagógico aos municípios serranos para implantar o serviço. Na década de 80 criou-se um grupo em Petrópolis, ainda vinculado à rede estadual por meio de uma supervisora. Neste período foram implantadas várias classes especiais para alunos com deficiências múltiplas nas Escolas Municipais Lions Clube de Petrópolis e Nossa Senhora de Fátima, Instituto Metodista e no Instituto Saul Carneiro (surdez).
O depoimento da gestora retrata a influência do modelo médico[8] nas equipes de Educação Especial deste período: "*Esse grupo foi se formando, inicialmente, com duas supervisoras e depois se juntaram os profissionais da saúde (fisioterapeuta e fonoaudióloga), que começaram a fazer um trabalho em conjunto, saúde e educação.*
Em 1988, seis psicólogos passaram a fazer parte da equipe e em 1999 todos saíram restando um profissional. Os psicólogos escolares tiveram grande influência na introdução da psicologia cognitivista, sócio interacionista e dos estudos do construtivismo tanto nas redes públicas, quanto nas instituições privadas para alunos com deficiências; como apontam os estudos de Adler, Ferreira, Schielmann, Yamamoto (*apud* FERNANDES, 1991) bem como na identificação de que as classes especiais serviam como espaços para encobrir o fracasso escolar.
Em 2002 iniciaram as classes inclusivas e a classe hospitalar, em 2006 as salas de recursos nas Escolas: Germano Valente e São Judas Tadeu e em 2008 as SRMs recebidas pelo MEC.
Segundo a gestora: "*a Educação Especial na rede municipal de ensino apresenta um caráter inclusivista, contando com escolas especializadas*"[9]. No Brasil, embora a política atual de formação e financiamento venha privilegiando as SRMs e as classes comuns; alguns municípios não descartaram o modelo de contínuo de atendimentos (salas de recursos, classes especiais e escolas especiais). Pois como apontam Fuchs e Fuchs, (*apud* MENDES, 2010).

> Os "inclusionistas" defendem a manutenção do contínuo de serviços que permite a colocação desde a classe comum até os serviços hospitalares, enquanto os "inclusionistas totais" advogam pela colocação apenas e só na classe comum da escola regular, e pregam ainda a necessidade de extinção do contínuo.

---

[8] Denomina-se modelo médico a influência na Educação Especial da forma de se atender alunos com deficiência como pacientes. Os currículos e planos de aula possuíam forte ênfase clínica com atividades e exercícios típicos de fonoaudiologia, fisioterapia ou terapia ocupacional. (FERNANDES, 1991)

[9] Escola Especial Santos Dumont (atende deficientes auditivos); Escola Doutor Accácio Branco (atende deficientes visuais); Escola Paulo Freire (atende deficientes intelectuais) e Escola Nogueira em parceria com ACEI- PRÓ- CRIAR (atende alunos com deficiências múltiplas). Fonte documental: Histórico da Escola Municipal Nogueira Pró- Criar e Associação Centro Educacional Inclusivo. Disponível no site: blogspot.com.br/2009.

Nos anos de 2007 a 2012 ocorreram cursos de formação continuada aos professores da rede[10] e o município foi indicado pelo MEC como Polo do Programa Educação Inclusiva, respondendo pela capacitação de gestores da região.
O funcionamento do sistema educacional é definido pelo Regimento Escolar.[11] Há oito artigos que recomendam: oferta desde a educação infantil, preferencialmente na rede regular de ensino; oferta de AEE aos alunos com necessidades educacionais nas classes regulares; terminalidade específica com relatórios descritivos; aceleração para os superdotados; limite máximo de dois alunos com necessidades especiais incluídos nas classes regulares e para os alunos com NEE, cuja inclusão na rede regular de ensino não seja recomendada, que sejam atendidos em classes especiais nas unidades escolares da rede municipal de ensino ou em Escolas Municipais Especializadas, cabendo à equipe de Educação Especial a avaliação de casos em que há dúvida quanto à inclusão na modalidade de Educação Especial. A inclusão em classe comum com apoio das SRMs coexiste com um *contínuo* de serviços (classes especiais/ escolas especiais). Pois segundo MENDES (2010)

> (...)desde o início do movimento pela integração escolar houve restrição ao uso de uma concepção mais ampliada do conceito de normalização, no sentido de evitar-se a colocação de todo e qualquer aluno na classe comum da escola regular. Também todos os modelos pressupunham a manutenção dos serviços já existentes e uma opção preferencial pela inserção na escola comum, e mais especificamente na classe comum, mas admitindo a necessidade de manter o contínuo de serviços com diferentes níveis de integração. (Mendes, 2010, p.10)

A Educação Especial na atual gestão da Secretaria é uma Assistência, composta por uma Seção para Alunos com NEE, uma Divisão de Educação Inclusiva e um Departamento de Programas Especiais, formada pela (a) Seção de alunos com NEE – que capta a triagem de alunos, atende a solicitações das escolas, orienta o corpo pedagógico das unidades escolares, as famílias, atualiza o cadastro de alunos em sistema de inclusão, estabelece parcerias com outros setores públicos, acompanha as classes especiais e a indicação de alunos elegíveis à inclusão em turma regular; (b) Divisão de Educação Inclusiva – que organiza a formação continuada numa perspectiva inclusivista; produz livros e materiais referentes à inclusão e acompanha os núcleos: Acácio Branco, Santos Dumont, Escola Paulo Freire e o convênio com o Projeto Eficientes; e, (c) Departamento de Programas Especiais – que acompanha as SRMs por meio de visitas, fichas de acompanhamento, registro de frequências, avaliação de elegibilidade de alunos, orientação à equipe escolar, formação extensiva às classes especiais; a itinerância, o transporte escolar e os estagiários.. Segundo dados o município de Petrópolis possui 296.044 habitantes, possui 23 salas de recursos. A seção de alunos com NEE possui como atribuições: a captação e triagem de alunos público alvo da Educação especial inclusiva, atendimento a solicitações das escolas, devolutiva e orientações ao corpo pedagógico das unidades escolares, devolutiva às famílias,

[10] Educar na Diversidade – 40h; Psicoses e autismo na escola – 15h; Desatenção e hiperatividade: Desafios da Inclusão – 8h; Linguagem e aprendizagem- 8h; Potencializando a aprendizagem através do lúdico – 8h; Autoridade e docência: desafios da inclusão – 4h; Braille – 12h; Soroban – 10h; Sala de Recursos Multifuncionais – 40h; LIBRAS – 160h; Deficiência auditiva – 19h; Curso Deficiência Visual – 140h; Educação Inclusiva: Direito a Diversidade – 40h; O longo Caminho até a Escrita; Bobath; Formação Lato Senso em Atendimento Educacional Especializado (MEC – 360h).

[11] Fonte documental: Regimento Escolar publicado no Diário Oficial ano XIV, nº 2933 de 17 de janeiro de 2008. Na seção V (Da Educação Especial), no CAPÍTULO II Dos Níveis, Modalidades e Objetivos da Educação.

acompanhamento e atualização de alunos atendidos, atualização de cadastro de alunos acompanhados em sistema de inclusão, estabelecimento de parcerias com outros setores: saúde, judiciário, esporte e lazer, acompanhamento a classes especiais com visitas, ações pedagógicas e acompanhamento de indicação de alunos elegíveis à inclusão em turma regular.

Em 2012 o município possuía 123 escolas acompanhadas pela Educação Especial, 2011 alunos incluídos em classes regulares, 37 salas de recursos atendendo 433 alunos, 10 classes especiais atendendo 74 alunos, distribuídos por área de deficiência, nas Escolas: São Judas Tadeu, Santa Maria Goretti, Augusto Pugnaloni e Fábrica do Saber (deficiências múltiplas) e na Escola Paroquial São Pedro Alcântara (jovens e adultos com deficiência intelectual). Havia 1066 professores formados em diversos cursos ofertados em três anos de gestão e 25 estagiários de apoio à inclusão. O sistema de transporte especial contava com 20 táxis, 1 ônibus e 2 vans. Há parcerias com órgãos governamentais e não governamentais[12]. Possui Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com representatividade da Assistência de Educação Especial.

A rede de ensino é caracterizada por um vínculo entre o as secretárias de educação, do município da cidade e do estado do Rio de Janeiro. É competência do Município de Petrópolis a educação infantil e o ensino fundamental, em caráter excepcional o ensino médio.

Em relação aos índices do IDE resultados obtidos do IDEB demonstram que o município está numa crescente em estatísticas, visto que em 2005 tínhamos um IDEB de 1º ao 5º ano de 4,1 e em 2007 subimos para 4,4. Em 2009 fomos para 4,6 e saltamos para 4,9 em 2011. Além disso, do 6º ao 9º ano tínhamos um IDEB de 3,5 em 2005, e, em 2007, ele era de 3,7, passou para 4,0 em 2009 e, no ano de 2011, saltamos para 4,2”, De acordo com um levantamento feito pela equipe pedagógica da Secretaria de Educação, em 2009 a rede municipal possuía 41 escolas com IDEB abaixo do índice nacional. Já em 2011, dessas 41, algumas não possuíam quantitativo de alunos suficiente para realizar a avaliação (somente as que tiverem um quantitativo de alunos igual ou superior a 20 alunos por turma que podem fazer a Prova Brasil).Sendo assim, apenas 26 realizaram a avaliação de 1º ao 5º ano; 13 unidades já ultrapassaram a meta traçada para 2013 pelo MEC e duas já estão na meta. O levantamento também comprovou que das 26 escolas que fizeram a prova de 6º ao 9º ano, 14 já estão acima da meta estipulada para 2013 pelo MEC.

Há várias leis que garantem direitos às pessoas com deficiência e uma Comissão de Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência.

- ✓ Lei nº 6.042/ 03 reserva de 5% das vagas nas creches municipais para as crianças portadoras de NEE e o aperfeiçoamento dos profissionais.
- ✓ Lei nº 6435/ 07 assegura prioridade a paraplégico e filhos de paraplégico de se matricularem em escola municipal mais próxima de sua residência.
- ✓ Lei nº 6.599/ 08 garante estacionamento gratuito em vias ou espaços públicos.
- ✓ Lei nº 6.659/ 09 obriga o poder executivo a editar e difundir, em sistema Braille, a Lei Orgânica do Município de Petrópolis entre os deficientes visuais.
- ✓ Lei 6737/10 assegura matrícula ao aluno portador de necessidade especial locomotora na Escola Municipal mais próxima de sua residência, com adequação às normas de acessibilidade da ABNT.

[12] Projeto Eficientes, que é um espaço clínico multidisciplinar, o GAAPE (Grupo Amigos do Autista de Petrópolis), APAE, Conselho Tutelar, Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, Pestalozzi, Vara da Infância, da Juventude e do Idoso.

- ✓ Lei nº 6.927/ 11 obriga nas áreas públicas destinadas ao lazer ou à recreação infantil a presença de equipamentos adaptados.
- ✓ Lei nº 6937/ 12 cria a Semana Municipal de Promoção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e indica ao poder executivo promover campanhas.
- ✓ A Lei Orgânica de 10 de outubro 2012 possui artigos voltados à cidadania das pessoas com deficiência.[13]

Metodologia

Pelo caráter complexo do estudo, utilizaram-se a metodologia da pesquisa colaborativa, o grupo focal e análise de conteúdo. Tais opções de metodologia foram escolhidas por caracterizarem as pretensões e objetivos da pesquisa. O grupo focal foi dirigido por uma entrevista coletiva de formato semiestruturado, com caráter ilimitado, flexível, aprofundado, o que pressupõe ao entrevistado que coloque suas idéias e experiências de maneira livre dando enfase e favorecendo e colaborando com suas vivências na discussão e apresentação das questões propostas. Essa técnica é caracterízada pela exploração das trocas efetivas constante em que toda a problemática é iniciada e sustentada pelos participantes envolvidos.
Para a realização do estudo foram realizados três encontros, em que foram discutidos: (a) Formação de Professores para Inclusão Escolar – realizado na Faculdade de Educação, da UERJ, em 02 de abril de 2012 –; (b) Avaliação do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais/NEEs – realizado na Faculdade de Letras, da UFRJ, em 10 de maio de 2012 –; e, (c) Organização do Ensino nas Salas de Recursos Multifuncionais e Classes Comuns – realizado na Faculdade de Letras, da UFRJ, em 03 de dezembro de 2012.
Os encontros deram-se através da divisão dos professores em seis grupos focais, onde foram entrevistadas professoras das SRMs dos quatros municipios trabalhados pelo OEERJ (Rio de Janeiro, Petrópolis, Niterói e Nova Iguaçu), entretanto tal pesquisa restringiu a apresentação dos dados obtidos através da participação de 13 professores de Salas de Recursos Multifuncionais do município de Petrópolis que participaram do eixo referente à "Formação Inicial e continuada dos professores de sala de recursos multifuncionais".

Resultados

No eixo 1 a primeira categoria de análise foi a forma de ingresso na Educação Especial. Observa-se que a entrada na educação especial surge a partir de várias vertentes seja como um convite, ou a percepção pelo docente de que sempre teve alguma ligação com Educação Especial.
Do grupo investigado, 3 professoras possuem Curso Normal, 1 com Licenciatura em Letras; 8 com Curso Normal + Pedagogia; 1 com Curso Normal + Licenciatura em Letras; 2 com Pedagogia, e 1 na área de Saúde.
O grupo é representado por docentes que já ingressaram nas SRMs enviadas pelo Ministério de Educação após as capacitações específicas oferecidas por projetos de

[13] Artigo 132 acolhimento e cuidado do deficiente na comunidade; o artigo 143 que recomenda o Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiências físicas e mentais e assegura às pessoas portadoras de deficiências livre acesso aos edifícios públicos e particulares de freqüência aberta ao público e a logradouros públicos, mediante eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais.

Inclusão e Diversidade e um grupo que participou do momento de educação especial oriundo do modelo de integração.
As trajetórias dos professores revelam a preocupação em desenvolverem uma formação permanente e continuada seja no que é oferecido pela secretaria de educação quanto no que buscam em cursos de especialização específicos como Educação Especial e Inclusiva quanto em formações periféricas Psicopedagogia.
Sobre a importância da formação continuada para a atuação do professor na SRMs, todos os entrevistados colocaram que ela é essencial, na verdade ela é fundamental. Sendo essa formação também politica, para que assim o professor possa saber das leis, para auxiliar aos pais e demais colegas sobre os direitos dos alunos com NEE.

> ***P-7:*** *"É uma necessidade o professor ter formação continuada. Além de ter formação especializada em AEE é primordial o professor possuir uma formação especializada nas áreas demandadas em sua Sala de Recursos."*

Enquanto para alguns a formação deve ser especifica *"o professor deve ter formação continuada e ele deve focar de acordo com o seu público alvo, ou seja, seu curso de especialização tem que ser de acordo com o público alvo que está atendendo."* ***(P-6)*** outros acreditam o professor deve sim é estar preparado para atender a todos os alunos. *"Eu acredito que precisamos nos preparar para os alunos que nós vamos receber independente da necessidade educacional especializada que apresente estar prontos para ensinar a todos."* ***(P-9)***
Quando questionados a respeito de como deve ser a formação inicial dos professores de SRMs, muitas colocam que é essencial ter mais conteúdos de psicologia no processo de formação dos professores que vão atuar com esse público. Acrescentando que essa formação deveria ser em psicopedagogia, pois assim teria a parte pedagogia e a parte da psicologia mais detalhada. Para outras essa formação deveria ser em AEE.

> ***P-3:*** *"É eu fiz pedagogia, deveria ter feito psicologia e fono, estaria pronta pra uma sala de recursos. Acho que nem todo mundo tem tempo, pra fazer três faculdades... Agora eu acho que uma psicopedagogia eu acredito que uniria os conteúdos"*

> ***P-12:*** *"A formação inicial deve constar de conteúdos e disciplinas específicas na área de Educação Especial e ao mesmo tempo favorecer ao professor para que desenvolva competências e perceba as necessidades educacionais dos seus alunos."*

Quando questionados a respeito de como deve ser a formação continuada dos professores das SRMs, elas colocam que a busca por conhecimento, ou seja, a formação continuada, não deve deixar de acontecer nunca. Colocando ainda que sempre se têm coisas novas para aprender e que o exercício do magistério necessita que o professor esteja informado sobre as novas pesquisas, com as novas tecnologias, na busca constante de novos conhecimentos. Sendo eles cursos, especializações, oficinas, etc.

> ***P-2:*** *"Mas, a gente não pode parar de estudar nunca, NUNCA, NUNCA, porque sempre tem uma coisa nova, "Ah! Agora tem isso aqui que é novo!" Então vamos lá, vamos tentar, né? A gente tem que sempre estar ali."*

> ***P-13:*** *"Fazendo Cursos de Pós-Graduação em Educação Inclusiva, em AEE. Penso ser importante também psicopedagogia, cursos de aperfeiçoamento dependendo da demanda dos alunos recebidos pela escola. O papel do professor é sempre buscar novos conhecimentos pra melhorar seu desempenho no atendimento aos alunos."*

Colocando também a importância dos municípios oferecerem os cursos de capacitação. Além dos entrevistados colocarem que essa formação pode ocorrer até mesmo através da troca de experiência entre as professoras. Pois, não só influenciam na formação das competências pedagógicas para educação inclusiva, como, também, constitui saberes de cidadania e solidariedade humana. *"Uma professora sempre ajudar a outra em sala"* ***(P-1)***

> ***P-9:*** *"Eu acredito que e necessário o professor buscar cursos de capacitação e, além disso, lá no município existe um pós-formação cursos de capacitação procurando visando capacitação de professores para emenda de sala de recursos seminários sala de estudos isso auxilia nossa formação."*

Discussão

O ingresso pode ser percebido como vocação para atuar com grupos de excluídos: ***P-1:*** *"Eu desde que comecei na escola desde os 18 anos, eu sempre trabalhei com a questão da inclusão, e eu venho sempre trabalhando nessa área e tenho conseguido assim atingir objetivos significativos dentro da classe regular..."* Ou ainda como ressalta:

> ***P-4:*** *"Antes da Educação, eu tinha um trabalho social e eu conheci uma comunidade, chamada comunidade dos meninos, e lá eles apóiam as crianças que são abandonadas, e na maioria são crianças que têm alguma necessidade especial, e lá eu me encontrei com eles sabe, eu vi que eu ia lá muito mais pra receber do que pra dá, a gente vai achando que a gente vai fazer alguma por eles e quando na verdade são eles que fazem..."*

A vocação pode também ser percebida, como "assistência" ou "tratamento", como se verifica na fala da ***P-2***: *" foi assim, eu sempre achei muito interessante, eu acho que é muito mais gratificante a gente tratar, tratar né?..."*
A necessidade de novas formações pode vir da percepção da insuficiência original:

> ***P-5:*** *"Minha primeira formação foi na área da saúde, mas decidi ingressar na Educação, então cursei o Magistério, Pedagogia e as seguintes especializações: Psicopedagogia, Ed. Especial para deficientes mentais, Gênero e Sexualidade, AEE e atualmente estou cursando Orientação e Supervisão."*

Ou de determinações legais para o exercício: ***P-1****: "Quando veio a questão do MEC, eu fiz a pedagogia."*
Há valorização nas especializações para a aquisição de conhecimento, para que possam exercer melhor suas funções com professoras de SRMs. Segundo Garcia (2013, p. 2) o Plano Nacional de Educação afirma que*:*

> (...)a formação continuada do professor deve assumir particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação.

O ideário da *multifuncionalidade* das salas de recursos proposta na política pode causar um sentimento de permanente incompletude, como se observa nas falas: ***P-15****: "Fiz cursos de formação continuada de sala de recursos, de atendimento educacional especializado. Estou fazendo psicopedagogia."* ***P-7****: "É uma necessidade o professor ter formação continuada. Além de ter formação especializada em AEE é primordial o*

professor possuir uma formação especializada nas áreas demandadas em sua Sala de Recursos."
Ou ainda:

> ***P-3:*** *"Fiz a pós em AEE pela Maringá, pela Plataforma Paulo Freire. Agora estou fazendo uma de educação de atendimento especial para surdo também pela Plataforma Paulo Freire. E eu pretendo também fazer uma pós de psicopedagogia, porque eu já faço psicologia."*

Enquanto para alguns a formação deve ser especifica *"o professor deve ter formação continuada e ele deve focar de acordo com o seu público alvo, ou seja, seu curso de especialização tem que ser de acordo com o público alvo que está atendendo." (**P-6**)* outros acreditam o professor deva estar preparado para atender a todos os alunos. *"Eu acredito que precisamos nos preparar para os alunos que nós vamos receber independente da necessidade educacional especializada que apresente estar prontos para ensinar a todos." (**P-9**).* Tais resultados se aproximam ao do estudo de Magalhães (1999, p. 113) que ao realizar uma pesquisa com a opinião de professores observou que: *"a formação continuada de professores foi destacada pelo grupo como um aspecto relevante para a implementação da proposta inclusiva."*
Há uma percepção de que somente a pedagogia é insuficiente para trazer a formação para este atendimento:

> ***P-3:*** *"É eu fiz pedagogia, deveria ter feito psicologia e fono, estaria pronta pra uma sala de recursos. Acho que nem todo mundo tem tempo, pra fazer três faculdades... Agora eu acho que uma psicopedagogia eu acredito que uniria os conteúdos."*

> ***P-12:*** *"A formação inicial deve constar de conteúdos e disciplinas específicas na área de Educação Especial e ao mesmo tempo favorecer ao professor para que desenvolva competências e perceba as necessidades educacionais dos seus alunos."*

A percepção da necessidade na busca permanente de conhecimento é uma constante nas falas:

> ***P-2:*** *"Mas, a gente não pode parar de estudar nunca, NUNCA, NUNCA, porque sempre tem uma coisa nova, "Ah! Agora tem isso aqui que é novo!" Então vamos lá, vamos tentar, né? A gente tem que sempre estar ali."*

> ***P-13:*** *"Fazendo Cursos de Pós-Graduação em Educação Inclusiva, em AEE. Penso ser importante também psicopedagogia, cursos de aperfeiçoamento dependendo da demanda dos alunos recebidos pela escola. O papel do professor é sempre buscar novos conhecimentos pra melhorar seu desempenho no atendimento aos alunos."*

O papel da troca de experiências também é destacado: *"Uma professora sempre ajuda a outra em sala" (**P-1**).* Ou ainda o papel do município na formação continuada:

> ***P-9:*** *"Eu acredito que e necessário o professor buscar cursos de capacitação e, além disso, lá no município existe um pós-formação cursos de capacitação procurando visando capacitação de professores para emenda de sala de recursos seminários sala de estudos isso auxilia nossa formação."*

Há um destaque para a importância da gestão para o envolvimento dos demais profissionais da escola, como afirmam:

> ***P-1:*** *"É porque lá, a minha diretora ela ama as crianças, ama! Ela vai na sala ela pergunta, ela fica... Cada coisa que a criança faz pra ela é um... Uma festa! Então ela acredita..."*

> ***P-2:*** *"E o movimento também depende da gestão da escola... uma gestora que assim acredita que o nosso aluno é capaz, ela passa isso para a escola inteira, porque a gestão, não são só os professores é o pessoa de apoio... não é um trabalho meu, é da diretora, da merendeira, é nosso..."*

Apontam como a literatura que a Escola Inclusiva é uma construção de todos: "*A política demandou a formação continuada do professor, mas não basta existir, ela precisa fomentar algumas questões para que a escola seja capaz de receber o aluno com NEE." (**P-5**).* Há necessidade de investir na formação do professor de turma regular:

> ***P-7:*** *"A política pública contribuiu para o acesso e a garantia da educação do aluno com NEE. Essa política exige uma formação específica para o professor de SRMs, mas não para o professor de turma regular, o que faz perceber que ainda hoje o professor funciona com a questão da exigência, pois o professor de turma regular não assume o aluno especial como sua responsabilidade."*

E o trabalho colaborativo:

> ***P-13:*** *"Formação continuada, valorizando também sua prática e o que já traz de conhecimentos na área de atuação. Trabalho em conjunto com os demais profissionais de educação, porque os alunos são da escola, responsabilidade de todos e não somente de um professor específico."*

As professoras relatam a dificuldade em seu trabalho com alunos defasados idade/série que percebem as SRMs como espaço de exclusão:

> ***P-2:*** *"Muito difícil, porque eu tenho crianças que não chega a ser o segundo segmento com 15 anos, então, logicamente, atrasada, ela se recusa a ir porque ela tem vergonha... ela não quer que aquilo não... As pessoas vão ver que ela está entrando no recurso, enquanto ela podia estar na rua namorando, entendeu, ela não consegue aceitar a menina cuida do irmão, toda bonitinha, de shortinho curtinho, ela vai entrar na escola para entrar pro recurso? Pra ela é vergonhoso".*

Há também a possibilidade dela ser organizada de uma forma que remonte a um modelo clínico, como se apreende na fala seguinte fala: **P-3*:*** *Eu tenho horários, tenho horários para cada aluno, 50 minutos pra cada aluno. Tenho um aluno com síndrome de Down fazendo sozinho, 50 minutos pra ele. Depois vem o autista, eu atendo 50 minutos o autista. Depois, eu tenho deficiência intelectual.*
Ou como apoio ao professor de classe regular:

> ***P-13:*** *"Oferecer um trabalho de qualidade para esses alunos, apoiar o professor da classe regular trocando ideias e experiências, confeccionando material de apoio para ser utilizado em sala de aula por todos os alunos de forma que aja realmente inclusão de todos, não somente os alunos com necessidades educacionais especiais."*

As docentes demonstram conhecimento das políticas atuais de inclusão pela formação: *"Conheço, até porque acabei de me formar em AEE. É muito importante não apenas conhecer a legislação, mas também saber como acessar." (**P-7**)*; ou por meio das capacitações: ***P-5****: "Nas nossas reuniões de Sala de Recurso nós sempre temos essa preocupação e também com as terminologias."*

Percebem a importância das SRMs não serem vistas como um espaço de reforço escolar, mas sim para complementar e/ou suplementar a formação do aluno:

> ***P-3:*** *"É pra você acrescentar aquilo que está sendo dado em sala de aula, acrescentar, não é reforço, não é reforço, é complementar. Por isso é importante saber que um Síndrome de Down tem dificuldades porque você vai trabalhar em cima daquelas dificuldades da Síndrome de Down na sala de recursos. Então você trabalha certamente em cima daquelas dificuldades dele por ser muito disperso, vai trabalhar com jogos, né? Uma coisa para não deixá-lo tão disperso assim."*

Há destaque para o aprendizado e formação constantes: *"Eu coloco minha qualificação na palavra aprendizagem, porque avalio, observo, vejo se obteve êxito, se obteve fracasso, ora por falta de parceria com a família, ou por "N" motivos, então a minha qualificação vai ser a aprendizagem." (**P-13**).* Definindo, ainda, o seu papel de professor de SRMs como sendo boa, embora sintam a necessidade de continuar buscando conhecimentos a respeito da área. *"Primeiro nós como professores eu acho importante cada vez temos que melhorar mais como profissional. Se aprofundar. Devemos ter uma visão crítica." (**P-14**)*

A percepção da oferta do AEE se mistura com a própria atuação das professoras do AEE nas SRMs, que se consideram boas; porém em relação ao conhecimento os relatos deixam claro o sentimento de incompletude, levando a necessidade contínua de qualificação:

> **P-5:** "*Numa escala de 0 a 10 eu me classifico como 1 porque a busca é constante, a gente se cobra bastante com relação a isso e quer fazer melhor mas as vezes se frustra, porém em contrapartida quando a gente escuta a fala das outras professoras eu classifico a minha atuação como 9,9 porque são elas que nos dão a devolutiva e esse feedback é importantíssimo para o nosso trabalho, dizendo se você está indo pelo caminho correto."*

Conclusão

O percurso histórico da Educação Especial em Petrópolis, desvelado nas fontes documentais, nas legislações, no organograma da Secretaria de Educação, nos relatos da gestão e das professoras demonstra um modelo de inclusão que investe nas classes comuns com suporte das salas de recursos multifuncionais; porém complementado pelo contínuo de serviços de apoio do ensino especial. Como afirma Mendes (2012):

> (...)aparecem na literatura duas posições mais extremistas, estando num dos extremos a proposta de inclusão total, que advoga a colocação de todos os estudantes, independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola próxima à sua residência, e a eliminação total do atual modelo de prestação baseado num contínuo de serviços de apoio de ensino especial. Do outro lado estão os adeptos da educação inclusiva, que consideram que a melhor colocação seria sempre na classe comum, embora admitindo a possibilidade de serviços de suportes, ou mesmo ambientes diferenciados (tais como classes de recursos, classes especiais parciais ou autocontidas, escolas especiais ou residenciais).

Outra percepção frequente na fala das professoras e que merece investigações futuras é a sensação de incompletude, que pode numa hipótese preliminar ser decorrente do modelo ideológico de política de multifuncionalidade das salas de recursos. Possivelmente as professoras absorvam a ideia da necessidade de uma

multifuncionalidade de seus saberes e serviços para atenderem tão diferentes necessidades.

Mary Warnock (2010)[14], no artigo Um Novo Olhar sobre as Necessidades Especiais alerta para o fato de que a existência de uma graduação de necessidades especiais faz com que alguns alunos possam se beneficiar das classes comuns e outros não. Um aluno pode estar numa classe inclusiva e nela não ter suas necessidades atendidas. Um novo conceito de inclusão seria substituir o ideal simplista de incluir todas as crianças no mesmo local; para o de incluir todas as crianças onde elas possam aprender melhor. A autora afirma que quando as necessidades são muito grandes como a de alunos com graves deficiências múltiplas, transtornos autistas severos; os mesmos podem ficar expostos ao *bulling* e preconceito. As escolas menores, com turmas menores podem oferecer um melhor apoio e serem centros de referência para toda a comunidade.

Moore (2009) propôs o termo "aprendizagem ótima" como alternativa à inclusão. Sugere o autor que as escolas especiais e classes inclusivas possam criar um sistema de educação que permita aos alunos adquirirem seu máximo potencial.

O modelo de Petrópolis pode servir para estudos comparativos com outras redes, pois como afirmam Fuller e Clarck (apud MENDES, 2006) uma das falhas frequentes das propostas políticas de inclusão escolar tem sido a tendência de tentar padronizar o processo, como se fosse possível desenvolver uma perspectiva nacional única, ou prescrever padrões para contextos locais, como os sistemas estaduais ou municipais, desconsiderando os efeitos que suas histórias assumem sobre a prática e a política. Possivelmente as próximas tendências em municípios seja, à semelhança de Petrópolis, um modelo híbrido de Educação Especial sem radicalização da inclusão total e das salas de recursos como modelo único; nem um sistema paralelo, e que permita uma formação continuada e parceira entre os docentes de classe comum e os de salas de recursos.

O estudo aponta para um processo de formação que dê conta do aluno "real", da comunidade e escola local, onde os procedimentos pedagógicos possam ser acompanhados por um planejamento de educação individualizado, pontuando suas rotas de aprendizagem, seus caminhos de sucesso pedagógico, bem como as adequações curriculares e apoios a serem construídos em parceria docente (professor de classe comum, professor de sala de recursos e demais docentes e membros da equipe pedagógica).

[14] Destaca-se o fato de que esta seja a mesma autora Mary Warnock do Relatório Warnock que na década de 1970 deflagrou o movimento da integração que culminaria no modelo da inclusão e na vertente da radicalização do "full inclusion" ou inclusão total.

Referências Bibliográficas:

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. A implantação do modelo construtivista em Educação Especial. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ISSN 1413-2478. Rev. Bras. Educ. vol.18 nº. 52, Rio de Janeiro: jan/mar, 2013.

MAGALHÃES, Ester Fernandes Carvalho. **Viver a igualdade na diferença: a formação de educadores visando à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MENDES, Enicéia Gomes. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília: v.11 n. 33 set/dez, 2006.

MENDES, Enicéia Gomes; CIA, Fabiana. ONEESP - Um Observatório Nacional para a comunidade da Educação Especial in MENDES, Enicéia Gomes & ALMEIDA, Maria Amélia. **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões**. Marília: ABPEE, 2012.

MOORE, Briony. **A critica evaluation of the claim that "Special Schools are places of last resort: (Warnock, 2005)**. The Plymouth Studente Educator, 2009, 1 (2) 79- 89.

RODRIGUES, David. & LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista**, ISSN 0104-4060. Educ. rev. nº 41, Curitiba July/Sept. 2011.

WARNOCK, Mary; NORWICK, Brahm. **Special Educational Needs: a New Look**. Great Britain: Lorezza Terzi, 2010.